

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.295 - PR (2019/0320566-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : ELÓI CONTINI - PR053322  
LOUISE CAMARGO DE SOUZA - PR049191  
MARCELO VARGAS DA ROSA - PR065993  
**RECORRIDO** : ARTHUR FERNANDO SCHNEIDER  
**RECORRIDO** : DOROTHEA MARIA SCHNEIDER  
**ADVOGADOS** : OLIDE JOÃO DE GANZER - PR021359  
AGILDO VINÍCIUS DA ROCHA DREYER - RS076743

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL SA com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 281):

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO PROCEDENTE. PRELIMINARES. INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. PEDIDO CERTO E DETERMINADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONTRATOS EXTINTOS. REVISÃO. POSSIBILIDADE. CÉDULAS RURAIS VINCULADAS A CADERNETA DE POUPANÇA. ÍNDICE. SUBSTITUIÇÃO DO IPC PELO BTNF. CABIMENTO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA COBRANÇA INDEVIDA. MANUTENÇÃO. SÚMULA Nº 43, STJ. VERBA ADVOCATÍCIA. MANUTENÇÃO. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECAIMENTO INTEGRAL DO ENTE FINANCEIRO. RECURSO NÃO PROVIDO."*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Em sede de reexame (CPC, art. 543-C, § 7º, II), a decisão foi mantida, em acórdão que guarda a seguinte ementa (fls. 389/390):

*"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO - ACÓRDÃO DESTE TRIBUNAL QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO RÉU - RETORNO DOS AUTOS PARA EVENTUAL JUÍZO DE RETRATAÇÃO - TESE FIRMADA NO RESP. 1.361.730/RS -*

*PRAZO PRESCRICIONAL APLICÁVEL ÀS DEMANDAS DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO RURAL É O VINTENÁRIO, SOB A ÉGIDE DO ART. 177 DO CC/16 E O TRIENAL, À LUZ DO ART. 206, §32, IV DO CC/02, EM OBSERVÂNCIA A NORMA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028 DO CC/02 - RETRATAÇÃO - DESNECESSIDADE - MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO DESTA TRIBUNAL, EIS QUE A TESE JURÍDICA POR ELE ADOTADA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO STJ EM RECURSO REPETITIVO - AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA - RETORNO DOS AUTOS À 1ª VICE-PRESIDÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 110, §1º, I DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO."*

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/1973, 178, § 10, III, do Código Civil/1916, 206, § 3º, III, 304 a 333, do CC/02, sustentando, em síntese, isto: (I) negativa de prestação jurisdicional *"deixando de se manifestar sobre algumas questões, e sobre a legislação federal"* (fl. 334); (II) prescrição do direito do autor; (III) impossibilidade de revisão de contrato já extinto; (IV) correta aplicação do IPC no mês de março de 1990 nas cédulas de crédito rural; (V) readequação dos ônus sucumbenciais.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, rejeita-se a alegação de violação ao art. 535, do CPC/1973, uma vez que a parte recorrente limita-se a apresentar alegação genérica de omissão, sem especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância das questões supostamente omitidas para solução da lide, o que atrai, de maneira inescusável, a exegese da Súmula 284 do STF, aplicada por analogia. Nesse sentido confirmam-se:

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. PLANO DE SAÚDE. DEPENDENTE. IDADE LIMITE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art.*

**535 do CPC, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.**

(...)

**4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.**

(EDcl no AREsp 336.626/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015 - grifou-se)

**"RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.**

**1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente apresenta alegação genérica de omissão, sem se preocupar em especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância da questão omitida para solução da controvérsia, atraindo, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.**

(...)

**5. Agravo regimental não provido.**

(AgRg no AREsp 263.135/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014 - grifou-se)

Eis os fundamentos do Tribunal de origem quanto a questão da prescrição:

*"No caso dos autos, observa-se que a decisão colegiada considerou que o prazo aplicável seria o vintenário, eis que os valores reclamados foram cobrados em março de 1990, após a edição do Plano Collor I (15/03/1990).*

*Confira-se, aliás, o teor da fundamentação do acórdão:*

*"Ocorre que a ação trata de repetição de indébito em que o requerente postula a devolução de valores creditados a menor advindos de diferenças relativas a critérios de remuneração em cédula rural firmada com o banco réu.*

*A ação foi protocolada em cartório no dia 11/03/2010 (fl. 02), e dessa forma abrange período não anterior a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*11/03/1990 - fato que não macula a pretensão de devolução de valor fundado em enriquecimento ilícito ocorrido somente no período de março a abril de 1990.*

*Constata-se, portanto, que o acórdão proferido por este Tribunal de Justiça está no mesmo sentido da orientação jurisprudencial do STJ fixada no leading case acima transcrito, eis que, nos termos do voto do Exmo. Ministro Raul Araújo:*

*"(...) Saliente-se que, nas demandas em que seja aplicável a regra de transição do art. 2.028 do Código Civil de 2002, observar-se-á, como anteriormente consignado, o prazo vintenário das ações pessoais, previsto no art. 177 do Código Civil de 1916, ante a ausência de regra específica para a hipótese de enriquecimento sem causa. (...)"*

*Logo, nada há para ser alterado na decisão, eis que a presente demanda reclama a cobrança de valores devidos à época do Plano Collor I (março de 1990) - data da efetiva lesão e, portanto, termo inicial da prescrição - o prazo aplicável é o previsto no art. 177 do CC/16, em observância a regra do art. 2.028 do CC/02.*

*Ante o exposto, verifica-se que o entendimento firmado em sede de Recurso Repetitivo sob nº 1.361.730/RS, foi observado na decisão colegiada, nada havendo para se retratar, razão pela qual deixo de exercer o juízo de retratação." (fl. 393/394, grifou-se)*

Com efeito, a orientação firmada neste Sodalício é no sentido de que, na hipótese de restituição dos valores pagos a maior em Cédula de Crédito Rural devido ao Plano Collor, o termo inicial da prescrição é a partir do efetivo prejuízo. Nessa linha de intelecção, confira-se:

*"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (CPC/73, ART. 543-C). PROCESSUAL CIVIL. CIVIL E BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. PRAZO: VINTENÁRIO NO CÓDIGO CIVIL/1916 (ART. 177); TRIENAL NO CÓDIGO CIVIL/2002 (ART. 206, § 3º, IV). TERMO INICIAL: DATA DO PAGAMENTO. CASO CONCRETO: RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.*

*1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973:*

*1.1.- 'A pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural prescreve no prazo de vinte anos, sob a égide do art. 177 do Código Civil de 1916, e de três anos, sob o amparo do art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, observada a norma de transição do art. 2.028 desse último Diploma Legal';*

**1.2. - "O termo inicial da prescrição da pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural é a data da efetiva lesão, ou seja, do pagamento."**

**2. Caso concreto: prescrição da pretensão.**

**3. Recurso especial a que se nega provimento".**

(REsp 1361730/RS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 28/10/2016, grifou-se)

Nesse cenário, o termo inicial se dá a partir do vencimento da cártula.

Por outro lado, a Corte *a quo*, como visto acima, consignou que a prescrição, para fins de restituição da diferença cobrada em Cédula de Crédito Rural decorrente do Plano Collor I, teria como termo inicial a data em que referido plano foi implementado - março de 1990.

Ressalta-se, ainda, que o efetivo prejuízo não ocorre com a instituição do Plano Collor em 1990, mas desde o vencimento da cédula (AgInt no REsp 1401554/RS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 12/02/2019).

Dessa forma, o recurso, no ponto, merece prosperar, pois o v. acórdão estadual está em dissonância com a jurisprudência desta eg. Corte superior.

Restam prejudicadas a análise da demais teses apresentadas no recurso especial.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dou provimento para determinar o retorno dos autos à origem para que seja verificada a ocorrência ou não da prescrição, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator